

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	144.500.450
Preferenciais	144.499.550
Total	289.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	975.080	936.472
1.01	Ativo Circulante	68.029	93.706
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.856	28.019
1.01.02	Aplicações Financeiras	42.323	49.183
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	42.323	49.183
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	42.323	49.183
1.01.03	Contas a Receber	10.769	13.521
1.01.03.01	Clientes	10.769	13.521
1.01.07	Despesas Antecipadas	605	349
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.476	2.634
1.01.08.03	Outros	7.476	2.634
1.01.08.03.01	Adiantamento à fornecedores	3.824	158
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.652	2.476
1.02	Ativo Não Circulante	907.051	842.766
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	546	412
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	546	412
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	546	412
1.02.03	Imobilizado	4.359	3.197
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.359	3.197
1.02.04	Intangível	902.146	839.157
1.02.04.01	Intangíveis	902.146	839.157
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	902.146	839.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	975.080	936.472
2.01	Passivo Circulante	314.525	89.659
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.119	3.161
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.119	3.161
2.01.02	Fornecedores	28.426	31.420
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.426	31.420
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.857	2.294
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.857	2.294
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	279.934	51.512
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	270.853	36.027
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	270.853	36.027
2.01.04.02	Debêntures	9.081	15.485
2.01.05	Outras Obrigações	189	1.272
2.01.05.02	Outros	189	1.272
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	1.066
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	189	206
2.02	Passivo Não Circulante	428.305	597.380
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	375.378	556.402
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.554	209.230
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.554	209.230
2.02.01.02	Debêntures	373.824	347.172
2.02.03	Tributos Diferidos	17.348	18.325
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.348	18.325
2.02.04	Provisões	35.579	22.653
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.650	393
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	505	146
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.145	247
2.02.04.02	Outras Provisões	33.929	22.260
2.03	Patrimônio Líquido	232.250	249.433
2.03.01	Capital Social Realizado	225.811	225.811
2.03.04	Reservas de Lucros	23.622	23.622
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	23.622
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-17.183	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	80.972	205.760	68.674	169.064
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.223	-147.270	-46.041	-108.248
3.03	Resultado Bruto	20.749	58.490	22.633	60.816
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.954	-7.275	-620	-1.743
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.954	-7.275	-620	-1.743
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.795	51.215	22.013	59.073
3.06	Resultado Financeiro	-19.254	-69.375	-12.622	-49.647
3.06.01	Receitas Financeiras	1.320	4.811	1.956	4.345
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.574	-74.186	-14.578	-53.992
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.459	-18.160	9.391	9.426
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	330	977	-1.029	-2.814
3.08.01	Corrente	0	0	-321	-321
3.08.02	Diferido	330	977	-708	-2.493
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.129	-17.183	8.362	6.612
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.129	-17.183	8.362	6.612
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00391	0,05946	0,02893	0,02288

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.129	-17.183	8.362	6.612
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.129	-17.183	8.362	6.612

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.909	26.015
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	80.128	82.621
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do período	-17.183	6.612
6.01.01.02	Depreciação	618	778
6.01.01.03	Amortização	13.588	12.852
6.01.01.04	Baixa do intangível	174	0
6.01.01.05	Provisão para manutenção	11.669	8.497
6.01.01.06	Provisão (reversão) da provisão para demandas judiciais	1.257	-780
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	70.982	52.169
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-977	2.493
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54.219	-56.606
6.01.02.01	Contas a receber	2.752	-1.471
6.01.02.03	Outros créditos	-5.232	-1.795
6.01.02.04	Fornecedores	-2.994	-16.584
6.01.02.05	Obrigações tributárias	563	178
6.01.02.06	Obrigações sociais	-42	639
6.01.02.07	Contas a pagar	-17	636
6.01.02.08	Juros de empréstimos e financiamentos e debentures pagos	-49.249	-38.209
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71.671	-33.554
6.02.01	Aplicações financeiras	-22.561	-53.642
6.02.02	Resgate das aplicações	29.421	49.573
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-1.780	-875
6.02.04	Adição ao intangível	-76.751	-28.610
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	24.599	18.402
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-21.118	-25.306
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	46.783	50.000
6.03.04	Pagamento de dividendos	-1.066	-6.292
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.163	10.863
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.019	18.253
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.856	29.116

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.811	1.549	22.073	0	0	249.433
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.811	1.549	22.073	0	0	249.433
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.183	0	-17.183
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.183	0	-17.183
5.07	Saldos Finais	225.811	1.549	22.073	-17.183	0	232.250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.811	1.325	18.874	0	0	246.010
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.811	1.325	18.874	0	0	246.010
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.612	0	6.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.612	0	6.612
5.07	Saldos Finais	225.811	1.325	18.874	6.612	0	252.622

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	217.448	180.534
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	141.406	138.248
7.01.02	Outras Receitas	217	364
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	75.825	41.922
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-122.820	-82.789
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.803	-23.956
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.192	-16.911
7.02.04	Outros	-75.825	-41.922
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.628	97.745
7.04	Retenções	-14.206	-13.739
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.206	-13.739
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.422	84.006
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.811	4.345
7.06.02	Receitas Financeiras	4.811	4.345
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.233	88.351
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.233	88.351
7.08.01	Pessoal	14.248	11.247
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.689	8.322
7.08.01.02	Benefícios	2.653	2.222
7.08.01.03	F.G.T.S.	752	612
7.08.01.04	Outros	154	91
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.032	16.108
7.08.02.01	Federais	6.386	9.599
7.08.02.02	Estaduais	92	96
7.08.02.03	Municipais	6.554	6.413
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.136	54.384
7.08.03.01	Juros	74.186	53.993
7.08.03.02	Aluguéis	950	391
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.183	6.612
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.183	6.612

Relatório da Administração – 3º Trimestre de 2015

Comentário do Desempenho

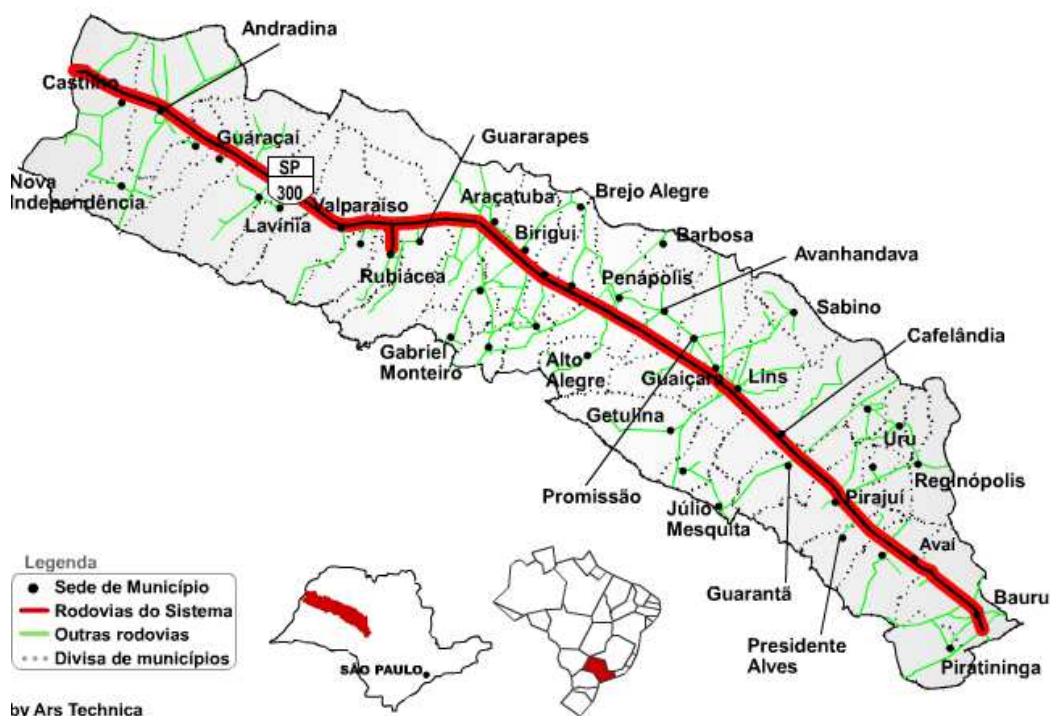
SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“ViaRondon”) relativos ao período encerrado em 30 de setembro de 2015, acompanhadas do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

ViaRondon é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem como objeto realizar, mediante cobrança de pedágio, a exploração do corredor rodoviário Marechal Rondon Oeste, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias. Em 06 de maio de 2009 a Companhia assumiu a concessão, pelo prazo de 30 (trinta) anos, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Marechal Rondon Oeste, que consistem em 416,763 Km, dos quais 331,130 Km da Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e 85,633 Km de 23 rodovias de acessos. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo e a rodovia é operada de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, na forma do Edital nº 006/08 (“Contrato de Concessão”).

O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



Comentário do Desempenho

Ao término da concessão, todos os bens reversíveis e direitos vinculados à exploração da concessão pela Companhia serão revertidos ao Estado de São Paulo, o poder concedente, de forma gratuita e não onerosa. No entanto, caso a concessão seja extinta antes do término do seu prazo, a Companhia terá direito à indenização de correspondente ao saldo não amortizado de seus investimentos desde que essenciais para a continuidade da administração das rodovias sob sua concessão.

Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego no corredor rodoviário administrado pela Companhia são mais altos nas proximidades das seguintes cidades Bauru, Avaí, Pirajuí, Lins, Guaiçara, Birigui e Araçatuba, apresentando em toda sua extensão tráfego médio diário superior a 67 mil veículos. O tráfego atual, calculado pela métrica de veículo equivalente, é composto por um expressivo volume de ônibus e caminhões, que representam cerca de 61,92% do movimento total da rodovia.

A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, acessórias ou alternativas a fonte principal, como rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, cobrança por publicidade, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, além de 2 praças antigas que cobravam em apenas 1 sentido e passaram a cobrar de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio localizadas no trecho administrado pela Companhia.

P1 – Avaí	Km 367 + 700
P2 – Pirajuí	Km 400 + 800
P3 – Promissão	Km 455 + 700
P4 – Glicério	Km 479 + 900
P5 – Rubiácea	Km 562 + 000
P6 – Lavínia	Km 590 + 400
P7 – Guaraçai	Km 621 + 200
P8 – Castilho	Km 655 + 400

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Companhia firmou o Contrato de Concessão em 06 de maio de 2009, comprometendo-se, dessa forma, a realizar um programa de investimentos durante os 30 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo do ano de 2009, a Companhia se dedicou essencialmente à construção de quatro novas praças de pedágio e bases de operação e também aos trabalhos iniciais de recuperação da rodovia.

Como esperado em projetos desta natureza, a fase inicial de operação de concessões rodoviárias requer investimentos significativos. Para fazer frente a suas obrigações contratuais, a Companhia tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com os recursos de terceiros.

Comentário do Desempenho

A cobrança de pedágio nas quatro praças já existentes iniciou em maio de 2009 e no final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 04 praças, além de 02 praças antigas que cobravam em apenas 01 sentido e passaram a cobrar de maneira bidirecional. A tabela abaixo apresenta os principais dados operacionais e financeiros apurados durante o exercício de 30 de setembro de 2015 comparativos aos de 30 de setembro de 2014:

Principais Dados e Indicadores	30/09/2015	30/09/2014
Tráfego - milhares de unidades		
Veículos	17.121	17.446
Veículos Equivalentes	32.833	34.160
Número de Funcionários	493	469
Receita Líquida de Pedágio - R\$ milhões	129,7	127,0
Lucro Líquido de Pedágio - R\$ milhões	51,2	59,0
Margem Bruta %	39,5%	46,5%

A Companhia alcançou em 30 de setembro de 2015 cerca de R\$ 129,7 milhões de Receita Líquida relativo a pedágio, a partir de um volume de 17,1 milhões de veículos que trafegaram na rodovia. E no mesmo período, foram feitos aproximadamente 17,1 mil atendimentos aos usuários.

RECURSOS HUMANOS

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados. A companhia encerrou o período de 30 de setembro de 2015 com uma geração de 493 empregos diretos um aumento de 5,1% em relação a 2014 que foi de 469 empregos diretos.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

RECEITA BRUTA

A receita bruta está dividida entre Receita de Construção e Receita de Pedágio, conforme detalhadas abaixo:

RECEITA DE CONSTRUÇÃO

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção

Comentário do Desempenho

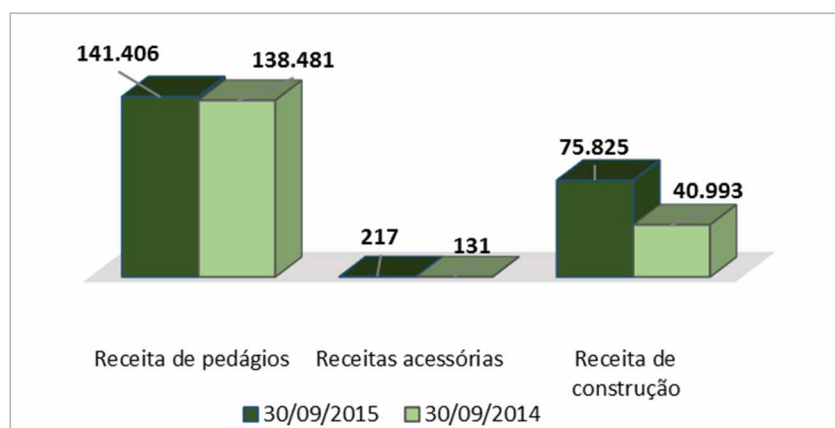
prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não o reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 30 de setembro de 2015 foi R\$ 75,8 milhões. Valor superior ao apresentado em 30 de setembro de 2014 que foi R\$ 41,9 milhões.

RECEITA DE PEDÁGIO

A receita líquida com arrecadação de pedágios da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2015 foi de aproximadamente R\$ 129,6 milhões que representou um aumento de 2,1% em relação ao mesmo período de 2014, quanto a receita bruta foi de aproximadamente R\$ 127 milhões.



CUSTOS

Os custos dos serviços prestados em 30 de setembro de 2015 atingiram aproximadamente R\$ 61,5 milhões, valor superior ao registrado em 30 de setembro de 2014 quando os custos atingiram aproximadamente cerca de R\$ 66,3 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão. Referidas obrigações de investimento podem ser divididas em três fases, conforme explicado abaixo.

A primeira fase é denominada “Programa Intensivo Inicial” com duração de 6 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que, nessa etapa, a Companhia fez investimentos para melhorar os piores aspectos das condições das rodovias, aumentar a segurança, minimizar problemas

Comentário do Desempenho

críticos que representam riscos imediatos aos usuários e aos sistemas existentes, aumentar os níveis de conforto dos usuários e modernizar a aparência das rodovias. Nessa fase, a Companhia fez ainda reparos no pavimento e recuperou a sinalização da pista.

A segunda fase é uma continuação do trabalho concluído na primeira etapa, embora em menor escala, consistindo, basicamente, na realização de manutenção e melhorias nas rodovias. Atualmente, a Companhia se encontra nessa segunda fase.

Na terceira etapa a Companhia está obrigada a desenvolver trabalhos de duplicação, reparo e melhoria de suas rodovias, ao mesmo tempo em que deve continuar a desempenhar suas obrigações relativas à segunda fase.

A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio, da contratação de novos financiamentos e da emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia obteve em 25 de fevereiro de 2011 as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e na norma OHSAS 18001:2007 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias, abrangendo os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente, conforme listado abaixo:

- **Março/2012** – Campanha “Dia Mundial da Água”.
- **Março/2012** - Campanha Uso Racional da Água | Dia Mundial da Água”.
- **Junho/2013** – Campanha “Operação Corta Fogo”.
- **Fevereiro/2014** - Projeto de Educação Ambiental “Capacitação dos Professores” em parceria com a Secretaria Municipal da Educação do município de Andradina, com a aplicação de técnicas para desenvolver projetos ambientais junto com os alunos do ensino fundamental do município, com a elaboração do caderno do professor que servirá de base para os demais professores, os professores que estão participando da curso da capacitação se tornarão multiplicadores”.
- **Março/2014** - Atividades em parceria com o Departamento de Água e Esgoto do município de Penápolis, em comemoração ao Dia Mundial da Água”.
- **Março/2014** - Distribuição de Squizee tipo cantil, para todos os colaboradores da Concessionária, com o objetivo de reduzir o consumo de copos descartáveis, em comemoração ao Dia Mundial da Água”.
- **Mai/2014** – Treinamento de capacitação dos professores da rede publica do ensino fundamental em Educação Ambiental nos dias 06 e 07 de Maio, com a participação de 35 professores;

Comentário do Desempenho

- **Junho/2014** – Participação em parceria com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis e SABESP de Lins em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente;
Início da Campanha Corta Fogo em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ARTESP, visando a redução dos focos de incêndio na faixa de domínio da rodovia;
Lançamento do Projeto de Capacitação dos Professores do ensino fundamental em Educação Ambiental no município de Lins;
- **Julho/2014** – participação no Pit Stop realizado no dia 24 no pátio do Posto Cacique no km 527 no município de Araçatuba, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; impacto causado pelo descarte de resíduos na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres; cuidados com descarte de ponteira de cigarro (bituca) acessa na faixa de domínio podendo provocar focos de incêndios, colocando em risco a segurança viária e provocando sérios danos ao meio ambiente.
- **Agosto/2014** - Treinamento de capacitação dos professores da rede pública do ensino fundamental em Educação Ambiental nos dias 13 e 14, na cidade de Andradina com a participação de 40 professores.
- **Setembro/2014** – Participação em conjunto com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis, SABESP de Lins nas campanhas de conscientização ao Dia da Árvore.
- **Outubro/2014** - participação no Pit Stop realizado no dia 23 no pátio do Posto Graal no km 342 no município de Bauru, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; impacto causado pelo descarte de resíduos na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres; cuidados com descarte de ponteira de cigarro (bituca) acessa na faixa de domínio podendo provocar focos de incêndios, colocando em risco a segurança viária e provocando sérios danos ao meio ambiente; Treinamento interno Sobre preservação do Meio Ambiente nos departamentos da Concessionária, sendo eles: faixa de domínio, operações, engenharia.
- **Março/2015** – Atividades em parceria com Sabesp e prefeitura de Lins, em comemoração ao Dia Mundial da Água”, com soltura de 2.000 alevinos, distribuição de sementes de crotalaria (prevenção da dengue) e oficina terrário.
- **Mai/2015** – Doação de 01 biodigestor para Associação dos Oleicultores de Lins e região, APOL. O equipamento possui capacidade para receber até 1.300 litros de efluentes (esgoto produzido por residências), transformando a matéria orgânica em fertilizante e gás metano, através de processo de decomposição pela ação de bactérias anaeróbicas, ou seja, que não dependem de oxigênio.
- **Junho/2015** – Combate ao mosquito da Dengue com orientação a todos os motoristas e mutirão de limpeza ao longo de todo o trecho.

Comentário do Desempenho

- **Junho/2015** - Participação em parceria com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis e SABESP de Lins na Semana do Meio Ambiente com plantio de 500 mudas de árvores nativas; Início da Campanha Corta Fogo em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ARTESP, visando a redução dos focos de incêndio na faixa de domínio da rodovia; Participação no Pit Stop pátio do Posto Cacique no km 527 no município de Araçatuba, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres.
- **Setembro/2015** – Participação em conjunto com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis na campanha de conscientização ao Dia da Árvore.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como parte de sua política de responsabilidade social, a Companhia investe e amplia anualmente seu escopo de atuação em ações de melhoria contínua no âmbito social, econômico e ambiental.

Tendo como compromisso promover ações que conscientizem, orientem e envolvam os usuários das rodovias, comunidades dos municípios lindeiros aos trechos administrados por nossas empresas e colaboradores, a Companhia realiza campanhas, palestras, ações em conjunto com a Polícia Militar Rodoviária, participação em eventos, apoio e incentivo a diversas atividades:

- **Janeiro/2014** – Campanha Educativa para colaboradores de uma grande empresa local, tendo como tema Direção Defensiva; Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai;
- **Fevereiro/2014** – Campanha Educativa com usuários – Carnaval, Campanha educativa interna sobre Carnaval com foco a prevenção de DSTs; Campanha de mobilização para Doação de Sangue; Campanha Educativa junto aos proprietários lindeiros sobre Animais na Pista e Guarda Responsável; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Pirajuí; Campanha de educação no Trânsito Município de Pirajuí; Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Campanha interna sobre Dia Nacional de Combate as Drogas e Alcoolismo;
- **Março/2014** – Ação Educativa junto à comunidade de Lins, tendo como foco o Dia Mundial da Água; Ação Educativa interna sobre o Dia Mundial da Água; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Bauru; Campanha para Aferição da Pressão Arterial realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai e Andradina; Participação no Projeto

Comentário do Desempenho

Águas do Amanhã, junto de autarquia municipal de Penápolis; Campanha Interna Dia Internacional da Mulher; Campanha interna de conscientização sobre Síndrome de Down;

- **Abril/2014** - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada às margens da rodovia Marechal Rondon nos Postos de Combustíveis nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Campanha para a Doação de Agasalhos em benefício do Fundo Social de Solidariedade de Lins; Páscoa Solidária, doação de ovos de chocolate a instituição filantrópica de atendimento a crianças;
- **Maió/2014** - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Araçatuba; Apoio para ação educativa voltada para crianças do ensino fundamental, realizada pela Polícia Militar Rodoviária, em Araçatuba; Campanha Interna Dia das Mães; Campanha Município Lins Faça Bonito, contra exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.
- **Junho/2014** - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon nos municípios de Bauru, Avaí, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Ação Educativa para o uso da Passarela, realizada nos municípios de Bauru e Andradina; Campanha para Doação de Sangue, em Bauru; Lançamento do Curso de Multiplicadores em Meio Ambiente, no município de Lins; Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Presidentes Alves; Campanha de mobilização para Doação de Sangue;
- **Julho/2014** – Divulgação Programa Na Mão Certa e Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pesquisa com caminhoneiros em Pit Stop município de Araçatuba; Campanha de mobilização para Doação de Sangue;
- **Agosto/2014** - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Araçatuba;
- **Setembro/2014** - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Penápolis; Divulgação Programa Na Mão Certa e Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pesquisa com caminhoneiros em Pit Stop município de Bauru;
- **Outubro/2014** - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Cafelândia; “Pit Stop Para a Vida” Aferição de Pressão Arterial, Glicemia e Instruções de Uso do Canal de Denúncia de Exploração Sexual Disque 100 (Bauru - Posto Graal); Mês de Prevenção ao Câncer de Mama “Outubro Rosa” (Ação Interna); Dia Mundial do Coração (Ação Interna);
- **Novembro/2014** - Mês de Prevenção ao Câncer de Próstata “Novembro Azul” (Ação Interna);
- **Dezembro/2014** - Mês de Conscientização Prevenção ao HIV (Ação Interna);
- **Fevereiro de 2015** – Campanha Educativa Interna – Carnaval, Campanha educativa interna sobre Carnaval com foco a prevenção de DSTs; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Pirajuí.

Comentário do Desempenho

- **Março/2015** – Campanha Interna Dia Internacional da Mulher; Ação Educativa junto à comunidade de Lins, tendo como foco o Dia Mundial da Água; Ação Educativa interna sobre o Dia Mundial da Água;
- **Abril/2015** –Dia Nacional de Combate e Prevenção à Hipertensão Arterial, realizada nas Bases Via Rondon (SAUs), Base da PMRV Bauru, Base da PMRV Araçatuba, Sede Administrativa ViaRondon; Páscoa Solidária, doação de ovos de chocolate a instituição filantrópica de atendimento a crianças; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Avaí; Combate ao mosquito da Dengue com orientação a todos os motoristas e mutirão de limpeza ao longo de todo o trecho.
- **Maió/2015** – Dia Nacional Contra Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes ao longo de todo o trecho; Campanha Interna Dia das Mães; Campanha Interna Dia das Mães; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Penápolis; Campanha de orientação a qual incentiva o respeito às leis de Trânsito e a direção segura com motociclistas em Penápolis, Andradina e Araçatuba; ; Ação Educativa para o uso da Passarela, realizada no município de Bauru.
- **Junho/2015** - Campanha para a Doação de Agasalhos em benefício do Fundo Social de Solidariedade de Lins; Campanha para todos os usuários orientando a não dirigir após o uso de bebidas alcólicas; Pesquisa com caminhoneiros, aferição de pressão arterial, saúde bucal, orientações sobre uso da camisinha e DST's e orientações na parte ambiental no Pit Stop no município de Araçatuba. Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Presidente Alves
- **Julho/2015** - Campanha de mobilização para Doação de Sangue do município de Lins.
- **Agosto/2015** - Campanha de mobilização para Doação de Sangue do município de Bauru; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Bauru.
- **Setembro/2015** – Participação na semana do trânsito na cidade de Bauru com o Projeto de Educação no Trânsito em parceira com a Artesp; Pesquisa com usuários em Pit Stop realizado no município de Bauru;

Como Resultado deste esforço, a ViaRondon recebeu a certificação internacional nas normas ISO 9001, ISO14001 e OHSAS 18001, respectivamente Sistema de Gestão de Qualidade, Sistema de Gestão em Meio Ambiente e Sistemas de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho.



Comentário do Desempenho

PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

INSTRUÇÃO CVM 381/03

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, KPMG Auditores Independentes, não prestaram durante o período findo em 30 de setembro de 2015 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado o contrário)

1 Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$411.000, dos quais R\$82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 17.183 durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e capital circulante líquido negativo de R\$ 246.496. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As informações trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1)/IAS 34 Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

A emissão das informações trimestrais da Companhia foi autorizada pela Administração em 13 de novembro de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7 e 6, respectivamente.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7(c)** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - Determinação da vida útil e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas explicativas nº 19 e 21** - Provisão para manutenção e Provisão para demandas judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 20** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- (a) ICPC 19/ IFRIC 21 - Tributos;
- (b) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (c) OCPC 7 - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas informações trimestrais.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) *Direito de outorga*

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (nota explicativa nº 15). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) *Gastos subsequentes*

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Software

5 anos

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (*não derivativos*)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

e. Benefícios a empregados

(i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) *Provisão de manutenção - Contratos de construção*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

g. Receita operacional

(i) *Receita de pedágio*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

(ii) **Receita de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

h. **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas corrente e diferida. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda corrente e o imposto a pagar ou a receber estimados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anterior. Ele é mensurado com base nas fases do imposto decretadas ou substancialmente declaradas na data do balanço. O imposto corrente também incluir qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente e outros permitidos são compensados se alguns critérios forem atendidos.

(i) **Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

j. Tributos sobre venda

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- O valor líquido dos tributos sobre vendas ou serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Descrição	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% à 5%

As receitas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos tributos (receita operacional líquida).

k. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

l. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A única operação que gerou ajuste a valor presente foi o registro inicial do direito de outorga a pagar que foi integralmente liquidada em novembro de 2010.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não adotou estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas informações trimestrais e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma e nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

9 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	2.147	3.839
Fundo de troco/numerários trânsito	160	120
Aplicação financeiras (i)	4.548	24.059
	6.856	28.019

- (i) O saldo refere-se às aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remuneração equivalente a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações em CDBs são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada (liquidez imediata).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

11 Aplicações financeiras

	30/09/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras	42.323	49.183

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas notas explicativas nº 16(i) e 17.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

12 Contas a receber

	30/09/2015	31/12/2014
Pedágio eletrônico	9.963	12.655
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	487	604
Visa (vale-pedágio)	205	111
DBTrans S/A	109	100
Outros	5	51
	<u>10.769</u>	<u>13.521</u>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

13 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre findo em de 30 de setembro de 2015 e 2014:

Descrição	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
Diretores estatutários	9	9	28	26

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Primeiros saldos

		<u>Saldo em aberto em</u>	
	Nota	30/09/2015	31/12/2014
Ativo			
<i>Outros créditos</i>			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	622	486
BRVias S.A.	(i)	<u>1.162</u>	<u>196</u>
Total do ativo		<u>1.784</u>	<u>682</u>

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
 30 de setembro de 2015

Passivo*Serviços prestados*

Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	143	135
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	79	151
BRVias S.A.	(vii)	-	853
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	27	-
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(ix)	13	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	9

Total fornecedores (Nota explicativa nº 18)

262 **1.148**

Dividendos a pagar

BR Vias Holding VRD	(viii)	-	1.066
---------------------	--------	---	-------

Total do passivo

262 **2.214**

b. Transações que afetaram o resultado

	Nota	<u>Valor da transação no resultado do período</u>			
		30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	(452)	(405)	(1.329)	(1.221)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(492)	(256)	(971)	(646)
BRVias S.A.	(vii)	(736)	(880)	(2.089)	(2.265)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	(170)	(80)	(386)	(80)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	(315)	(27)	(478)	(27)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(ix)	(17)	-	(40)	-
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	(11)	(80)	(33)	(80)
Marília Transporte Ltda.	(iii)	(12)	-	(33)	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	(85)	(71)	(141)	(71)
Total fornecedores (Nota explicativa nº 18)		(2.290)	(1.799)	(5.500)	(4.390)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

Em 20 de junho de 2013, conforme ata de debenturistas, a BRVias Holding TBR S.A. e a controladora BRVias Holding VRD S.A. passaram a ser fiadoras das debêntures emitidas pela Companhia.

Em 16 de julho de 2015 a Administração da Companhia solicitou a alteração da fiadora das debentures BR Vias Holding TBR S.A., por meio de Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, no qual foi aprovado a substituição da fiança atualmente prestada pela BR Vias Holding TBR S.A., com consequente exclusão da BR Vias Holding TBR S.A. da relação contratual apresentada pela Escritura de Emissão, pela Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A., integrantes do grupo Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil - Telecomunicações e Eletrônica S.A., sem que tal substituição resulte, de nenhuma forma, no vencimento antecipados das Debêntures.

14 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	1.571	2.743	1.464	131	5.909
Adições	737	281	66	-	1.084
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.308	3.024	1.530	131	6.993
Adições	1.193	509	78	-	1.780
Saldo em 30 de setembro de 2015	3.501	3.533	1.608	131	8.773
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(842)	(1.611)	(358)	(15)	(2.826)
Depreciação no período	(330)	(418)	(196)	(26)	(970)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.172)	(2.029)	(554)	(41)	(3.796)
Depreciação no período	(402)	(124)	(72)	(20)	(618)
Saldo em 30 de setembro de 2015	(1.574)	(2.153)	(626)	(61)	(4.414)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2014	1.136	995	976	90	3.197
Em 30 de setembro de 2015	1.927	1.380	982	70	4.359

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
*Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

15 Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2014	34.860	313.762	7.260	413.597	67.076	1.778	838.333
Aquisições e construções	132	48.301	437	-	15.393	51	64.314
Saldo em 1º de janeiro de 2015	34.992	362.063	7.697	413.597	82.469	1.829	902.647
Aquisições e construções	-	47.561	17	-	28.422	751	76.751
Baixas	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Saldo em 30 de setembro de 2015	34.992	409.624	7.714	413.597	110.717	2.580	979.224
Amortização a cumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(4.581)	(7.593)	(886)	(29.009)	(3.196)	(625)	(45.890)
Amortização do exercício (12 meses)	(2.783)	(4.613)	(538)	(7.989)	(1.426)	(251)	(17.600)
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(7.364)	(12.206)	(1.424)	(36.998)	(4.622)	(876)	(63.490)
Amortização do período	(486)	(5.684)	(107)	(5.739)	(1.536)	(36)	(13.588)
Saldo em 30 de setembro de 2015	(7.850)	(17.890)	(1.531)	(42.737)	(6.158)	(912)	(77.078)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2014	27.628	349.857	6.273	376.599	77.847	953	839.157
Em 30 de setembro de 2015	27.142	391.734	6.183	370.860	104.559	1.668	902.146

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada Custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

16 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 27.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	30/09/2015	31/12/2014
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	2.384	3.473
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	179.092	160.585
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	89.700	80.431
Leasing	17,09% a 19,68%	-	2015 - 2016	1.231	768
Total (iii)				<u>272.407</u>	<u>245.257</u>
Parcela circulante				<u>270.853</u>	<u>36.027</u>
Parcela não circulante				1.554	209.230

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$343.706, sendo que, até 30 de setembro de 2015, foram liberados R\$274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$41.923 será liberado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$57.676 do Subcrédito A, R\$23.103 do Subcrédito B, R\$35.000 do Subcrédito C e R\$24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$18.694 do Subcrédito C e R\$11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$35.700 do Subcrédito H, R\$14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$7.511 do Subcrédito C, R\$28.039 do Subcrédito H e R\$11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 30 de setembro de 2015 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$1.868.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 30 de junho de 2015, a Companhia atingiu o índice de Dívida Líquida / EBITDA de 5,3 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 5 e como consequência, o montante de R\$237.484, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante naquele período. A Administração da Companhia já iniciou o processo de renegociação do referido índice para adequá-lo as condições econômicas atuais, bem como da obtenção de carta de consentimento (*waiver*) por parte do credor, e considera o pressuposto de continuidade operacional adequado para a elaboração destas informações financeiras trimestrais, com base no atual estágio das negociações, uma vez que existem fortes indicações da instituição financeira de que o *waiver* será concedido, inclusive, com formalizações por e-mail que a hipótese de vencimento antecipado está afastada.

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia possuía R\$41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

- (iii) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 30 de setembro de 2015, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	R\$
2016	261
2017	261
2018	261
2019 - 2021	<u>771</u>
Total	<u>1.554</u>

17 Debêntures

Tipo de operação	Taxa de juros a.a.	30/09/2015	31/12/2014
Debêntures	7,75% a.a + IPCA	<u>382.905</u>	<u>362.657</u>
Parcela circulante		9.081	15.485
Parcela não circulante		373.824	347.172

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e, a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A. e BRVias Holding TBR S.A. Devido a negociação realizada das ações da BRVias Holding TBR S.A., está em processo de substituição dos fiadores, veja nota explicativa nº 13.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

- As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice "Dívida Líquida / EBITDA anualizado" igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

- Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir de janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano e foram cumpridos.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de setembro de 2015 é de R\$1.744.

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	R\$
2018	10.713
2019	18.395
2020	22.104
2021	25.813
2022 - 2027	<u>296.799</u>
Total	<u>373.254</u>

18 Fornecedores

	Nota	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores - Partes relacionadas	13	262	1.148
Fornecedores diversos		12.470	16.124
Medições a pagar		1.297	380
Retenções (i)		<u>14.397</u>	<u>13.768</u>
Total		<u>28.426</u>	<u>31.420</u>

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

19 Provisão para manutenção - Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	30/09/2015	31/12/2014
Provisão para manutenção	33.929	22.260

Movimentação da provisão para manutenção

	30/09/2015	31/12/2014
Saldo inicial	22.260	7.759
Adições	<u>11.669</u>	<u>14.501</u>
Saldo final	<u>33.929</u>	<u>22.260</u>

20 Ativos e passivos fiscais diferidos**a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	13.761	13.773
Provisão para manutenção	<u>11.536</u>	<u>7.569</u>
	<u>25.297</u>	<u>21.342</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	<u>(41.312)</u>	<u>(38.334)</u>
	<u>(42.645)</u>	<u>(39.667)</u>
	<u>(17.348)</u>	<u>(18.325)</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de setembro de 2015	Saldo em 31 de dezembro de 2014	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	13.761	13.773	-	-	(12)	-
Provisão para manutenção	<u>11.536</u>	<u>7.569</u>	<u>3.971</u>	<u>2.889</u>	<u>3.967</u>	<u>2.889</u>
	25.297	21.342	3.971	2.889	3.955	2.889
Passivo						
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-	-	-
Intangíveis	<u>(41.312)</u>	<u>(38.334)</u>	<u>(3.641)</u>	<u>(1.740)</u>	<u>(2.978)</u>	<u>(5.382)</u>
	(42.645)	(39.667)	(3.641)	(1.740)	(2.978)	(5.382)
	<u>(17.348)</u>	<u>(18.325)</u>	<u>330</u>	<u>1.149</u>	<u>977</u>	<u>(2.493)</u>

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

b. Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	40.472	40.521

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

O cronograma de amortização dos créditos está abaixo apresentado:

	30/09/2015
2015	7.495
2016	12.577
2017	15.114
2018	5.286
	<u>40.472</u>

c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.455)	9.391	(18.156)	9.426
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	494	(3.193)	6.173	(3.205)
(-) Adições permanentes	(1.145)	(70)	(1.167)	(191)
(+) Exclusões permanente	-	(236)	-	-
(-) + Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	1.575	2.099	(592)	138
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(594)	371	(3.437)	444
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(321)	-	(321)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	330	(708)	977	(2.493)
	(25%)	(11%)	5%	(30%)

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

Em 30 de setembro de 2015, está provisionado o montante de R\$1.650 (R\$ 393 em 2014), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2014	247	146	393
Adição de provisão	898	359	1.257
Saldo final	1.145	505	1.650

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$3.840 em 30 de setembro de 2015 (R\$4.811 em 2014). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$26.500 (nota explicativa nº 28) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	30/09/2015		31/12/2014	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	65	1.231	67	3.630
Trabalhistas	23	2.609	18	1.181
Total	88	3.840	85	4.811

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2015 o capital social da Companhia era composto de R\$289.000, sendo R\$225.811 já integralizados e R\$63.189 a integralizar e está representado por 144.500.450 de ações ordinárias e 144.499.550 de ações preferenciais (idêntico em 2014).

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na nota explicativa nº 16, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

23 Receita operacional líquida

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
Receita de pedágios	49.226	50.307	141.406	138.481
Receitas acessórias	74	41	217	131
Receita de construção	35.750	22.493	75.825	40.993
Outras receitas	2	-	33	929
Tributos incidentes	(4.080)	(4.167)	(11.721)	(11.470)
Total	<u>80.972</u>	<u>68.674</u>	<u>205.760</u>	<u>169.064</u>

24 Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
Serviços de terceiros	(8.786)	(8.681)	(24.545)	(24.587)
Custo com pessoal	(5.528)	(4.390)	(16.455)	(12.996)
Amortização e depreciação	(4.854)	(4.667)	(14.205)	(13.479)
Provisão de Manutenção	(3.904)	(3.037)	(11.669)	(8.497)
Custo de contrato concessão	(2.366)	(2.088)	(7.321)	(6.497)
Outros	(1.989)	(1.305)	(4.525)	(2.013)
Total	<u>(27.427)</u>	<u>(24.168)</u>	<u>(78.720)</u>	<u>(68.069)</u>
Custo dos serviços prestados	<u>(24.473)</u>	<u>(23.548)</u>	<u>(71.445)</u>	<u>66.326</u>
Despesas administrativas e gerais (i)	<u>(2.954)</u>	<u>(620)</u>	<u>(7.275)</u>	<u>(1.743)</u>
Custo de construção	(35.750)	(22.493)	(75.825)	(41.922)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

25 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram:

	30/09/2015 (3 meses)	30/09/2014 (3 meses)	30/09/2015 (9 meses)	30/09/2014 (9 meses)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.313	1.926	4.804	4.295
Outros	7	30	7	50
Total das receitas financeiras	<u>1.320</u>	<u>1.956</u>	<u>4.811</u>	<u>4.345</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(20.016)	(14.010)	(73.093)	(52.418)
Outras despesas financeiras	(558)	(568)	(1.093)	(1.574)
Total das despesas financeiras	<u>(20.574)</u>	<u>(14.578)</u>	<u>(74.186)</u>	<u>(53.992)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19.254)</u>	<u>(12.622)</u>	<u>(69.375)</u>	<u>(49.647)</u>

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

26 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O lucro/(prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros/(prejuízos) básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Período	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - Expresso em Reais
3º trimestre 2015	(1.129)	289.000.000	(0,00391)
3º trimestre 2014	8.362	289.000.000	0,02893
9 meses 2015	(17.183)	289.000.000	(0,05946)
9 meses 2014	6.612	289.000.000	0,02288

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

30 de setembro de 2015	Valor contábil			Valor justo					
	Nota	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	2.308	-	2.308	-	-	-	-
Aplicação financeira - caixa e equivalente de caixa	10	4.548	-	-	4.548	-	4.548	-	4.548
Aplicação financeira	11	42.323	-	-	42.323	-	42.323	-	42.323
Contas a receber de clientes	12	-	10.769	-	10.769	-	-	-	-
Outros créditos		-	7.635	-	7.635	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	272.407	272.407	-	272.407	-	272.407
Debêntures	17	-	-	382.905	382.905	-	382.905	-	382.905
Fornecedores	18	-	-	27.980	27.980	-	-	-	-

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

31 de dezembro de 2014	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	3.960	-	3.960	-	-	-	-
Aplicação financeira	11	73.242	-	-	73.242	73.242	-	-	73.242
Contas a receber de clientes	12	-	13.521	-	13.521	-	-	-	-
Outros créditos		-	3.316	-	3.316	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	245.257	245.257	245.257	-	-	245.257
Debêntures	17	-	-	362.657	362.657	362.657	-	-	362.657
Fornecedores	18	-	-	31.420	31.420	-	-	-	-
Dividendos a pagar	22 b	-	-	1.066	1.066	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de setembro de 2015.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 30/09/2015	Contábil	Fluxo contratual	2015	2016	2017-2021
Empréstimos e financiamentos	272.407	378.302	376.748	261	1.293
Debêntures	382.905	638.525	-	39.112	599.413
Fornecedores	27.804	27.804	27.804	-	-
	<u>683.116</u>	<u>1.044.631</u>	<u>404.552</u>	<u>39.373</u>	<u>600.706</u>

Em 31/12/2014	Contábil	Fluxo contratual	2.015	2.016	2017-2023
Empréstimos e financiamentos	245.257	377.268	45.152	53.003	279.113
Debêntures	362.657	681.796	28.944	33.914	618.938
Fornecedores	31.420	31.420	31.420	-	-
Dividendos a pagar	1.066	1.066	1.066	-	-
	<u>640.400</u>	<u>1.091.550</u>	<u>106.582</u>	<u>86.917</u>	<u>898.051</u>

(iii) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de setembro de 2015 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<u>Valor contábil</u>	
		30/09/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		3.615	4.241
		<u>Valor contábil</u>	
		30/09/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	179.092	160.585
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M.	89.700	80.431
Debêntures	IPCA	382.905	362.657

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

- (i) **Seleção dos riscos**
A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.
- (ii) **Seleção dos cenários**
A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 30 de setembro de 2015.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015

(iii) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				Valor		Valor		Valor
Empréstimos e financiamentos	179.092	Aumento TJLP	6,00%	(10.746)	7,50%	(13.432)	9,00%	(16.118)
Empréstimos e financiamentos	89.700	Aumento UM- IPCA	1,6831%	(1.510)	1,6873%	(1.887)	1,6915%	(2.265)
Debêntures	382.905	Aumento IPCA	6,51%	(24.927)	8,14%	(31.159)	9,77%	(37.391)
Total dos passivos financeiros	651.697	***	***	(37.182)	***	(46.478)	***	(55.774)
Impacto no resultado do período apresentado						(9.296)	(18.591)	

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				Valor		Valor		Valor
Empréstimos e financiamentos	179.092	Redução TJLP	6,00%	10.746	4,50%	8.059	3,00%	5.373
Empréstimos e financiamentos	89.700	Redução UM- IPCA	1,6831%	1.510	1,2655%	1.132	0,8458%	755
Debêntures	382.905	Redução IPCA	6,51%	24.927	4,88%	18.695	3,26%	12.464
Total dos passivos financeiros	651.697	***	***	37.182	***	27.887	***	18.591
Impacto no resultado do período apresentado						9.296	18.591	

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2015.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(iv) **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2015 a Mai/2016	70.042
Garantia ampliação	Mai/2015 a Mai/2016	115.845
Operacionais	Mai/2015 a Mai/2017	40.000
Responsabilidade Civil	Mai/2015 a Mai/2016	26.500
Engenharia	Mai/2015 a Nov/2016	25.968

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

29 Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

30 Aspectos ambientais

A ViaRondon - Concessionária de Rodovia S.A. considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

31 Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 28.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Edital nº 006/08 Concorrência Pública Internacional. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

32 Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 30 de setembro de 2015 totaliza R\$696.358 valor nominal.

33 Demonstrações de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$76.751, dos quais R\$3.838 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR em
30 de setembro de 2015*

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto
Diretor de Engenharia

Heloisa Custódio de Oliveira
Diretora de Operações

Conselho da Administração

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador

Aristeu Robson Vieira de Sena
Contador - CRC/SP nº 1SP290349/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Lins - São Paulo

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 e nº 16 às informações trimestrais, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 17.183 mil e o passivo circulante superou o ativo circulante em R\$ 246.496 mil, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 232.542 mil. Essa condição, indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As ações da Companhia em relação a esta incerteza estão descritas também na nota explicativa nº 16. As informações trimestrais foram preparadas utilizando-se o pressuposto da continuidade operacional e não incluem quaisquer ajustes, em função da resolução desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações trimestrais tomadas em conjunto.

São Carlos, 13 de novembro de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug

Contador CRC 1SP246035/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, KPMG Auditores Independentes, não prestaram durante o período findo em 30 de setembro de 2015 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.